

## UM ASPÉCTO PREOCUPANTE DO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, O CHAMADO PNHD-3 (2ª parte).

Por JOAQUIM CORREIA DE CARVALHO JR.

Advogado, sócio de Correia de Carvalho & Ribeiro Advogados

Publicado no Jornal de Comércio de Pernambuco 27/02/2010

Na primeira parte desta análise, mencionamos, de modo muito sumário, a abrangência do PNHD-3, assim como a nossa preocupação pela Diretriz 22, que trata da garantia da nominado “direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura de Direitos Humanos.”

Em abono da nossa preocupação, julgo oportuno lembrar o ensinamento de **Pontes de Miranda**, o maior jurista brasileiro que pontificou no século passado, ou seja no século vinte, em comentários ao art.141, § 5º, da Constituição de 1946, dispositivo esse que assegurava a livre manifestação de pensamento e reproduzido pela atual Carta, em seus art.5º, IV, e 220.

Aquele ilustre jurista pronunciou-se, de forma categórica, contra qualquer tipo de controle da manifestação de pensamento, advertindo que, sem a liberdade de pensamento, todas as outras liberdades humanas estão sacrificadas, desde os fundamentos. E esclarecia, ainda, que ela não se confunde com a liberdade de pensamento, que é direito do indivíduo sozinho, posto que a liberdade de manifestação de pensamento diz respeito ao indivíduo em suas relações com os outros.

Assim, para **Pontes de Miranda**,

*"Liberdade de pensar significa mais do que pensar só para si, ocultando o pensamento. Tal liberdade de 'pensar sem dizer' de nada valeria, na ordem social. Tiveram-na os escravos; têm-na os que vivem sob as formas autocráticas, sob o despotismo .*

“.....

*“Se o poder público se esforça, se afana, por saber o que no íntimo se pensa, o que se diz, não há liberdade de pensar. Tal esmiuçar de palavras, de gestos, para se descobrir o que o indivíduo pensa, marca o período de estagnação ou de decadência dos povos. A diferença entre liberdade de pensamento e liberdade de emissão de pensamento está apenas em que, naquela, se assegura o direito de pensar como se quer. Nessa, além de tal direito, o de se emitir de público o pensamento. Mas que vale aquela sem essa? Vale o sofrimento de Copérnico esperando a morte, ou o acaso, para publicar a sua descoberta. (Comentários à Constituição de 1946, ed. 2.ª, vol. IV, págs.153/154).*

Se, na vigência daquela Constituição, que não continha regra idêntica à do art.220 da Constituição atual, o nosso jurista maior assim se pronunciava, que dizer se ele tivesse escrito nos dias atuais?

Penso, pois, que estamos diante de uma flagrante violação às normas constitucionais, não podendo prevalecer a tentativa de censura que se contém, ainda que implicitamente, no chamado PNDH-3.